



1 Às nove horas do dia treze de junho de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros,
4 **ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES e CEZAR COLARES**. Ausências justificadas dos Conselheiros,
5 **ALOSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA E SÉRGIO LEÃO**; presença da
6 Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ**
7 **GUEIROS** reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do
8 Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte.
9 Convocados os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA e SÉRGIO DANTAS**, para
10 apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno
11 desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se
12 manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste*
13 *Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência,
14 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos:
15 **Processo 1420012013-00; Prefeitura Municipal de São João da Ponta; Prestação de**
16 **Contas – 2013**; Contas Anuais de Governo; Responsável: Nelson Almeida Santa Brígida;
17 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:
18 Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Maria do Socorro Pinto Alves Batista;
19 **Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
20 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
21 pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
22 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
23 pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com aplicação de multas e
24 encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.224). Presidência do
25 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo 1420012013-00; Prefeitura Municipal de São**
26 **João da Ponta; Prestação de Contas – 2013**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Nelson
27 Almeida Santa Brígida; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth
28 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Maria do Socorro
29 Pinto Alves Batista; **Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017.** Cumprindo dispositivo
30 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
31 irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multa, bem como encaminhamento de
32 cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O
33 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
34 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres, aplicação de
35 multas, e encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.675).
36 Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo 50012004-00; Prefeitura Municipal**
37 **de Almeirim; Prestação de Contas – 2004**; Contas Anuais; Responsável: Marivaldo Paes da
38 Costa; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha;
39 Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Julião Neves da Rocha Júnior - CRC/PA



40 Nº 6.109; Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o
41 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
42 contas com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
43 **VOTO:** *"Eu voto pela emissão de parecer prévio recomentando à Câmara Municipal de Almeirim,*
44 *a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2004, de responsabilidade de*
45 *Marisvaldo Paes Costa, devendo o mesmo recolher ao FUMREAP multa de 2.000 UPFPa, pelo não*
46 *encaminhamento do balanço geral e cópia dos autos ao Ministério Público Estadual"* . **Em**
47 **votação:** O Conselheiro Antonio José Guimarães acompanhou o Relator, e divergiu quanto a
48 remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, em seguida, o Conselheiro Cezar Colares aderiu
49 ao seu voto a divergência do Conselheiro Antonio José Guimarães, no que foi acompanhado pelos
50 Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas. O Conselheiro José Carlos Araújo
51 acompanhou o Relator, mantendo a posição de que cópia dos autos deveriam ser encaminhadas
52 ao Ministério Público Estadual. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
53 decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas (Resolução nº 13.225). Vencido
54 Conselheiro José Carlos e Ministério Público. Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo.
55 **Processo 430012012-00; Prefeitura Municipal de Maracanã; Prestação de Contas –**
56 **2012; Contas Anuais de Governo; Responsável: Agnaldo Machado dos Santos; Instrução: 4ª**
57 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio**
58 **José Guimarães; Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017.** Cumprindo dispositivo
59 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
60 emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**.
61 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
62 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com
63 encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.226). Presidência do
64 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo 430012012-00; Prefeitura Municipal de**
65 **Maracanã; Prestação de Contas – 2012; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Agnaldo**
66 **Machado dos Santos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**
67 **Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 114, de**
68 **09.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
69 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, bem como encaminhamento de cópias
70 ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
71 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
72 pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópias ao
73 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.676). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo.
74 **Processo 662162010-00; Fundo Municipal de Educação de Salvaterra; Prestação de**
75 **Contas – 2010; Contas Anuais de Gestão; Responsável: José Maria Gomes De Araújo;**
76 **Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:**
77 **Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Carlos José do Amaral Ramos - CRC/PA**
78 **013913/0-4; Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o



79 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
80 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
81 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
82 contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual
83 (Acórdão nº 30.677). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo 964402007-00;**
84 **Fundo Municipal de Educação / FUNDEB de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas**
85 **– 2007;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Deuseval Borges Ribeiro; Instrução: 2ª
86 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
87 Cezar Colares; Advogado/Contadora: Rita Thais Cei Ribeiro Lobo - CRC/PA 11.664-08; **Publicado**
88 **no DOE nº 114, de 09.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
89 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria
90 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
91 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas
92 (Acórdão nº 30.678). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo 424302013-00;**
93 **FUNDEB de Marabá; Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável:
94 Luiz Regason Bressan; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria
95 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 114, de**
96 **09.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
97 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, bem como encaminhamento de cópias
98 ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
99 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
100 pela irregularidade das contas, e o encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual
101 (Acórdão nº 30.679). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo 84132007-00;**
102 **Fundo Municipal de Educação e FUNDEB de Ananindeua; Prestação de Contas – 2007;**
103 Contas Anuais de Gestão; Responsável: Leila Carvalho Freire; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA;
104 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto
105 Alexandre Cunha - Conselheiro Originário José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Antonio
106 Joaquim Rodrigues de Souza Moraes - OAB 2.682; **Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017.**
107 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
108 manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, bem como
109 encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**.
110 O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro
111 Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
112 irregularidade das contas (Acórdão nº 30.680). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
113 **Processo 1210222013-00; Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto de Pau d'Arco;**
114 **Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: José Maurício
115 Cavalcante Junior; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Elisabeth
116 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha - Relator Originário José Carlos
117 Araújo; **Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o



Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, bem como encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.682). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo 440042013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Marapanim; Prestação de Contas – 2013**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Ana Maria de Souza Trindade (01/01 a 17/09) e Marlene do Socorro dos Reis Rodrigues (18/09 a 31/12); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017**. Retirado de Pauta. **Processo 214182010-00; Fundo Municipal de Saúde de Cametá; Prestação de Contas – 2010**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: José Waldoli Filgueira Valente (01/01 a 31/01) e Osvaldo Otávio Filgueira Valente (01/09 a 31/12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa - Relator Originário Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Norma Lúcia de Campos - CRC 1402-PA; **Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Substituta apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas e encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.683). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo 201704088-00; Câmara Municipal de Curionópolis; Denúncia Externa – 2017**; Decisão Monocrática Em Medida Cautelar Em Processo De Denuncia (Representação); Denunciante Raimundo Roldão Da Silva - Vereador Da Câmara Municipal de Curionópolis; Denunciado: Wenderson Azevedo Chamon - Ex-Prefeito De Curionópolis; Instrução: 4ª Controladoria; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado/Contador: Walmir Santos Neto OAB/PA 23.444; **Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática em Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art. 144 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada, nos termos do voto do Conselheiro Relator (Acórdão nº 30.684). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo 201608363-00 (974122009-00); Fundo Municipal de Educação de Pacajá; Recurso – 2009**; De Reconsideração Contra A Decisão Do Acórdão 24.328/2013; Recorrente: Edmir José da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o



Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento, e provimento parcial, com a reforma da decisão. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento, e provimento parcial, com a reforma da decisão. **Por maioria**: aplicação de multas (Acórdão nº 30.683). Vencido o Conselheiro José Carlos Araújo quanto a exclusão das multas. Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo 201509190-00 (280012006-00); Prefeitura Municipal de Curralinho; Recurso – 2006; Ordinário, Contra Decisão Da Resolução Nº 11.843/2015; Recorrente: Álvaro Aires da Costa; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha - Relator Original Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Hamilton Francisco de Assis Guedes OAB-Pa nº 3.110 e outro; Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017.** Retirado de Pauta. **Processo 201706288-00; Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte; Medida Cautelar – 2017; Prestação de Contas - Pregão Presencial - 027/2017 - Srp – Pmgn; Responsável: Maria Edilma Alves de Lima; Instrução: 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 114, de 09.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu ao Plenário revogação de Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do inciso I, do Art. 146 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar apresentada (Acórdão nº 30.686). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para discorrer sobre irregularidade das contas do Institutos de Previdência, noticiou sobre denúncias graves sobre irregularidades na gestão dos Fundos, em especial das regiões do Marajó, Muaná, Oeiras do Pará e Portel. A justiça determinou a prisão de um cidadão que aplicou golpe que causou danos irreversíveis aos fundos citados. Sugeriu ao Pleno que fosse composta uma equipe formada por técnicos das Controladorias deste Tribunal para apurar, e buscar apoio junto ao Ministério de Previdência Social. **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e quarenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em treze de junho de dois mil e dezessete.

Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 042/2017, em vinte e seis de junho de dois mil e dezessete.

Visto:

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral

Conselheiro Corregedor **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Cezar Colares**
Presidente da Sessão